

A Diversidade da Colonização do Vale do Itajaí: 1835 – 1867

Pedro Germano Cervi
pedrocer@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo trata de uma primeira aproximação com o tema "colonização em Santa Catarina" mais especificadamente na região do Vale do Itajaí entre os anos de 1835 a 1867. Os Relatórios de Presidentes de Província da época são base das reflexões aqui presentes. O texto busca mostrar como se dava o processo de colonização em seu âmbito político e administrativo ressaltando a multiplicidade de formas de colônias dessa região. Tem-se como argumento que a colonização foi mais complexa do que o simples ocupar de territórios por europeus com fins de produção agrícola.

Palavras chave: Colonização; Vale do Itajaí; Imigração; Terras

Abstract: This paper consists in a first attempt to approach the "colonization in *Santa Catarina*" more specifically in the *Itajai* Valley region between the years 1835 and 1867. The Province President's Reports are the base of the reflections. The paper focuses in the way the colonization process happened in its political and administrative contexts bringing forward the multiplicity of forms of colonies in this region. Has with argument that the colonization was more complex than the european territorial occupation model with purpose of agricultural production.

Keywords: Colonization; *Itajai* Valley; Immigration; Lands

The diversity of the colonization of the *Itajai* Valley: 1835 – 1867

As colônias do Vale do Itajaí

Muitas vezes se tem uma idéia simplista sobre o que foi a colonização de Santa Catarina nos tempos do Brasil Império. Existe uma imagem formada que expressa apenas como sendo o estabelecimento de imigrantes nos terrenos não-povoados do País. Entretanto, em uma leitura mais atenta sobre tais processos, é possível perceber a complexidade do tema. As dificuldades dos colonos estão além das simples suposições da derrubada da mata virgem e do estabelecimento de uma plantação para o próprio sustento. Suas dificuldades ficam muitas vezes expressas nas suas relações com os demais envolvidos com a colonização. A questão é como se deu essa colonização?

A resposta é que foi de muitas formas. A imigração européia era um ideal, mas não uma regra, e o conceito próprio de colonização é bastante amplo. Nele constam: colonização de nacionais, civis e militares; processos de colonização por empresa privada, ou publica ou até mesmo os dois na mesma colônia. É importante entender que este conceito rotulado de colonização foi um construído, e que, durante os primeiros passos, esta consistia em uma gama de projetos e programas de ocupação de territórios,



figurando diversos atores históricos. Nacionais e internacionais, agindo dentro ou fora da nação.

O trabalho se voltará, nesse sentido, para o período inicial das políticas de colonização do Império, concentrando-se em uma localidade específica que percebeu essa diversidade de projetos colonizatórios: o Vale dos rios Itajaí-Açu e Mirim, que é campo rico de análise da dialética do surgimento e desaparecimento de colônias no Brasil Meridional.

As fontes utilizadas foram prioritariamente os relatórios de presidente de província da época, e também os relatórios ministeriais, dando-se atenção a parte em que estes se referem à colonização. Sendo assim, o trabalho se organiza em uma breve descrição das colônias criadas na região dos rios Itajaí e, depois, passa para o estudo caso a caso de cada colonização, de forma introdutória, mas não todas.

Quando da criação de duas colônias de estrangeiros no Vale do Itajaí através da lei de nº 11 de 1835, esta região já contava com uma freguesia (às vezes referida como Paróquia), chamada “S.S. Sacramento do Itajahy”, que viria mais tarde a se tornar a Villa de Itajahy na junção do rio Itajahy-Açu com o Itajahy-Mirim. Não é possível dizer ao certo qual a localização de ambas as colônias, apenas que uma iria se estabelecer respectivamente na região do “Pocinho” e outra no “Tabuleiro”. Estas duas incursões não devem ter sido muito afastadas da Freguesia em função dos projetos de colonização da Província e do Império passarem pela conexão com essa freguesia, e, também, a necessidade de um mercado urbano que possa suprir as colônias dos produtos que esta ainda não produzia. A exploração desses rios, pelo cidadão Agostinho Alves Ramos (que seria o diretor das colônias), também estava no seu início, logo, provavelmente elas deviam se localizar próximas da freguesia.

Em diversos momentos, os relatórios de presidentes de província se referem a essas colônias como “Colônia do Itajahy” como algo conjunto, talvez em função de terem somente um diretor, diga-se, apenas um conjunto de normas e projetos de colonização. Analisaremos essa questão adiante. Ignorando a suposição de que seriam criadas outras colônias na região se estas tivessem sucesso, os relatórios referem-se a uma colônia chamada “Itajahy-Belquior”, esta pode se tratar de uma junção das colônias antes referidas, mas de qualquer forma, é a que vai encontrar mais desenvolvimento. Em 1839, o presidente afirma que existem lá 65 famílias sendo a maior parte de nacionais¹.

¹ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João Carlos Pardal, 1839). Disponível em: <http://catalog.crl.edu/record=b1586926~S1> . Acesso em 20 de junho de 2008.



Walter F. Piazza, em seu livro “A Colonização de Santa Catarina”², fala do caso de uma colônia que seria implantada na região do Itajahy em 1845, esta colônia denominada Belga, aparece sucintamente nos relatórios que não contemplam a riqueza da experiência de colonização estrangeira narrada pelo referido autor. De qualquer forma, foi verificada a existência dessa colônia em alguns relatórios, uma posterior análise destes apontara uma série de coincidências com a descrição de Piazza que não devem ser ignoradas (1842 -1848).

Já em 1851 o presidente da província aponta a possibilidade de Itajahy tornar-se uma freguesia em breve. Considerando que já havia uma freguesia em Itajahy, ele deve estar se referindo a uma das colônias na região, mais provavelmente Belchior, que mostrou mais crescimento, entretanto, não se falou mais desta colônia até 1858 (o presidente continuava a ser José João Coutinho). Alegava-se que o término da entrada de colonos era justificativa para chamá-la de povoação.

Na vigência desse presidente acima citado, os relatórios referem-se mais à Colônia recém criada em Blumenau pelo empreendedor Hermann Blumenau em 1850, e as colônias criadas próximas da capital catarinense.

Existe uma referência quanto à criação de uma colônia militar na região do Itajahy em 1855, esta deve ser a nomeada posteriormente Santa Tereza. Cinco anos mais tarde seria criada outra colônia intitulada Itajahy, posteriormente chamada Brusque. Em 1862 o jornal *Argos* acusaria a província de não reconhecer uma colônia de nacionais particular entre Brusque e Tijucas, chamada “Flor da Silva”, essa acusação leva o presidente a agir enviando um engenheiro para região com sugestões de desenvolvimento. Nos relatórios de 1864 é citado o “município de Itajaí” (provavelmente a Freguesia emancipada), e em 1866 é criada a colônia D. Pedro, próxima a Brusque que seria posteriormente anexada a esta.

Percebe-se então a diversidade da experiência colonizadora no vale do Itajaí. Essa região se transforma no estabelecimento de várias colônias do governo, de colônias de particulares vendidas ao governo, colônias militares, colônias de nacionais e estrangeiros.

As primeiras colônias

Uma das razões que mais animou os presidentes da Província de Santa Catarina do final da década de 1830 em relação a essas colonizações foi a sua proposta de navegabilidade no rio Itajaí e até uma esperança de que este rio estivesse conectado à

² PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 120.



região de Lages que já se encontrava com certo desenvolvimento. A lei que organizava essas duas colonizações, a Lei nº. 11 de 5 de maio de 1835, estipulava qual seria o tamanho do terreno, qual seria o prazo de pagamento desse empréstimo feito aos colonos e outras disposições que iam de acordo com as decisões imperiais.

Nesse momento, o assunto “colonização” é responsabilidade do Ministério do Império, da repartição dos Negócios do Império que em relatório de 12 de maio de 1836, referente ao ano de 1835, ressalta a importância da criação de uma lei que controle a venda de terras para regularizar as políticas de colonização. De acordo com Piazza³, desde 1834 ficam autorizadas as províncias de fundar colônias e “facilitar a imigração” através do Ato Adicional, e, através da Lei nº 49 de junho de 1836,, fica permitida a colonização por empresas, por companhias, individualmente, a nacionais e estrangeiros, denotando que a criação das colônias no Vale do Itajaí nesse momento foi provavelmente iniciativa do governo provincial.

As experiências de colonização na província de Santa Catarina já vinham ocorrendo desde 1829 com São Pedro de Alcântara. Essa experiência mostrou que, uma má administração levou muitos colonos a se retirarem e irem para outros lugares. Os relatórios falam de alguns que foram para as colônias no Itajaí. Assim, a dinâmica populacional interna da província aparece como um fator importante uma vez que a colonização não precisava ser feita necessariamente através de imigração.

O ataque de indígenas era também um fator de dispersão. Em 1837 o presidente relata que a colonização no Vale do Itajaí não acontecia conforme o esperado, pois o ataque de “bugres” levava muitos colonos a fugirem abandonando suas fazendas, Uma das formas pensadas para se resolver esse “problema” foi a criação de um grupo de “pedestres” (grupos que fariam incursões na mata garantindo a segurança dos colonos).

Nas fallas os pedidos de verbas e auxílios estão sempre conectados as vantagens que cada colônia trará a província. Nesse sentido, a experiência com colonização para prever as dificuldades dos colonos e a urgência para resolver esses problemas através dos meios burocráticos é que davam forma muitas vezes o processo de colonização. No caso dos indígenas é possível que tenha havido negligência por parte dos líderes provinciais, até porque, um outro ataque de bugres na colônia Blumenau levou a uma reação espontânea da administração em conter esses gentios. Da mesma forma, em 1839, informam que houve um ataque nas colônias em Tijucas e que morreram 11 pessoas. Imediatamente partiu uma força da guarda nacional para a área para armar os colonos que foram convencidos a ficar. Então, é perceptível que as colônias, apesar de

³ Idem, p. 58.



regidas pelas mesmas leis, não recebem tratamentos idênticos, a razões para isso são complexas.

Não só as intimidades políticas entre presidentes e diretores de colônias podem intervir no processo de colonização, a dificuldade de comunicação deve ter sido também um agravante para essas primeiras povoações. Tentando perceber o emaranhado de interesses envolvidos com a colonização, é possível que os colonos em necessidade ou na exigência de seus direitos prometidos se dirigissem ao diretor da colônia e este ao município responsável pelo terreno. Considerando os problemas de transporte e dificuldade de comunicação é possível perceber como poderia ser difícil para um colono ter seus interesses satisfeitos através da iniciativa pública. Soma-se a isso que suas reivindicações eram proferidas pelo diretor da colônia, muitas vezes inimigo dos colonos como se verá adiante.

O caso do ataque dos indígenas, entretanto, pode ser fértil ainda em outra instância. Como foi referido anteriormente houve um ataque de índios às colônias em Tijucas mais ou menos na mesma época dos ataques a Itajaí. Esse ataque, aliado a um temporal em 1838, levou os empreendedores desta colônia (esta era através de empresa privada) a pedir um adiantamento na demarcação das terras para os colonos que era de 4 anos. No contrato constava que se no fim desses 4 anos os empreendedores não demarcassem as terras, as que sobrassem seriam consideradas devolutas. Da mesma forma, se os colonos fugissem das suas terras em função do ataque, suas terras também poderiam ser consideradas devolutas. No caso das colônias em Itajaí criadas em 1835 apenas a do Itajaí-Açu tinha terras demarcadas, e somente em 1840 o presidente expediu a ordem de criação de um grupo de especialistas na demarcação de terras para colonos de 10 a 15 homens que seriam um gasto de 3:000\$000 réis anuais⁴. Ou seja, somente agora se tomava uma medida efetiva na demarcação das terras de Itajaí, 4 anos depois. Uma das razões para isso pode ser a qualidade da colônia: particular ou do governo. Os prazos para demarcação e distribuição das terras dos projetos de colonização encabeçados pelo governo e os projetos de responsabilidade particular diferem sendo que o governo participa no contrato com concessões e cobra os resultados quando são empresas particulares, em colônias públicas tal cobrança era mais flexível.

Em Itajaí, a demarcação estava a cargo do governo provincial, e ignoramos se este recebeu, ou não, um prazo de demarcação e ocupação dos terrenos devolutos do império. Aparentemente a demarcação foi feita sem pressa. Já no caso da colônia de

⁴ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, 1840). Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



Tijucas, de empresa particular, não demarcar as terras poderia ser algo bem dispendioso para os empreendedores e para os colonos. Sendo assim, a colonização privada foi mais efetiva que a do governo, neste aspecto. Isso não é uma regra, mas é interessante para perceber esse diálogo de processos colonizatórios, de iniciativas públicas e privadas.

Outra evidência disso seria o lento caminhar da colônia que cresceria pouco entre 1842 e 1844. O crescimento ocorre somente nas décadas de 60 e 70, apesar do relatório de 1844⁵ afirmar que Santa Catarina é a província que mais atrai colonos.

A experiência de colonização Belga-brasileira

Em 1845 houve a criação de uma colônia de Belgas na região do Itajaí-Açu. Essa colônia, de empresa particular, encabeçada por Charles Van Lede, envolvia uma sociedade colonizadora belga chamada “Société Belge-Bresilienne de Colonisation” e o próprio governo brasileiro. De acordo com Piazza⁶, esse processo colonizatório tivera início em 1841 quando o empreendedor Van Lede, ao entrar em contato com o Ministro de relações exteriores no seu país, o Conde Briey, solicitou proteção para uma empresa colonizadora no Brasil. Esta empresa transportaria e estabeleceria colonos na província de Santa Catarina assim como trabalhadores na minas de carvão e de ferro recém descobertas. Com esses objetivos o empreendimento obteve apoio também do Cônsul Geral do Brasil em Bruxelas, Antonio José Rademaker e da “Sociedade Comercial de Bruges”. Em 1842, Van Lede assinou com o Ministro José de Araújo Vianna um contrato em nome da “Compaigne Belge-Brasilienne” no Rio de Janeiro e em seguida partiu para Santa Catarina para reconhecer o território onde seria instalada a colônia sendo recebido pelo presidente, o marechal Antero Ferreira de Brito.

O conteúdo do contrato era “formar com colonos de qualquer país da Europa, estabelecimentos de agricultura, indústria e mineração”, e para tal, “fica-lhe (a Companhia) concedida a propriedade perpétua de uma ou mais porções de terras devolutas na Província de Santa Catarina, equivalente a 20 léguas em quadro”, nestas terras a companhia teria o “direito de lavrar toda e qualquer qualidade de minas excluindo minas de diamantes”; teria liberdade de culto e teria que usar somente braços livres. Voltando para o Brasil com o apoio do Rei da Bélgica, Van Lede se lamenta que seu contrato não fora ainda aprovado na Assembléia Legislativa do Império e assim ainda não recebera as terras. Em 1844 então, tenta sozinho dar início a colonização antes de ter seu projeto aprovado. Teve negado um pedido de terras na localidade de

⁵ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Antero Jozé Ferreira de Brito, 1844.). Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



Morretes que após processo burocrático foi tida como de propriedade de outra pessoa. Em 1844, Van Lede consegue comprar uma légua quadrada de terras no local chamado de Ilhota. Esses pedidos de compra deliberada de terras ocorrem em função de que já fora remetida para o Brasil a primeira leva de imigrantes que ficariam sob sua responsabilidade. O transporte e os mantimentos dos dez primeiros meses ficaram a cargo do empreendedor que designaria Joseph Philip Fontaine como o diretor interino da colônia.

Antes de partirem para a colônia do porto de Desterro, 17 pessoas desertaram querendo trabalhar em terras próprias e, logo na chegada ao território, mais duas em função do clima. Em julho de 1845, Van Lede partiu para o Rio de Janeiro para assistir a aprovação de seu contrato na assembléia, entretanto com substancial modificação comprometendo a Companhia. Isso forçou Van Lede a voltar para Bélgica para prestar explicações, ficando a colônia a cargo de Fontaine. Durante a fase do desmatamento rixas aconteceram na colônia entre os colonos belgas e brasileiros que recebiam muito mais por cada braça de mata derrubada. Charles Sheridan, cônsul belga em Desterro, aproveitando-se da carta de isenção aduaneira, transportou mercadorias da colônia para sua firma na capital. Com a denúncia dos comerciantes de Desterro desse transporte abusivo, um navio belga foi ocupado, ocasionando um incidente diplomático e dificultando o processo de colonização.

Em 1846, ainda veio mais um navio belga que encontrou altas taxas alfandegárias e uma colônia miserável em que os colonos se debatiam com seu diretor, que deixou o cargo para Gustavo Lebon, em 1847. A colônia veio a prosperar quando foi abandonada pelo diretor e as rixas findaram. Em 1861, tinha 38 famílias e mais de 230 habitantes lentamente assimilados pelas comunidades a sua volta.⁷

É em 1842, quando da vinda de Van Lede a Santa Catarina, que aparece a primeira menção indireta a seus projetos de colonização nos relatórios presidenciais. O presidente Antero Ferreira de Brito falando de sua disposição para aproveitar as riquezas da província no relatório de 1843 afirma que:

Ignoro qual o sistema que se pretende seguir na distribuição dos terrenos carboníferos para ser aproveitado o mineral, mas, *se sobre a matéria fosse ouvida a minha particular opinião*, seria ela, que havendo companhias de estrangeiros que pretendem estes terrenos, lhes fossem vendidos (assim como o entendo que o devem ser os que eles requerem para estabelecimento de colônias).⁸

⁶ PIAZZA, Walter F. *A colonização*, op. cit., p. 100.

⁷ Idem, pp. 118-122.

⁸ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Antero Jozé Ferreira de Brito, 1843). Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



É bem provável que o presidente esteja se referindo aos trâmites burocráticos quando da instalação desses colonos belgas em Santa Catarina e é possível também, que sob as vontades provinciais, ou de seu presidente, elas não são prioridade nesse período das políticas de colonização. O contrato foi assinado diretamente com um ministro do Império e o presidente provincial provavelmente não foi consultado, apenas recebeu a ordem de recepcionar a comissão belga que inspecionaria as terras. Nesse caso, a participação efetiva da província se dá apenas depois que a colônia foi autorizada pelos mais altos planos de decisão do país.

Em 1844, quando da vinda dos imigrantes, o empresário Van Lede é mencionado nos relatórios como um novo empreendedor que conta com o governo para colonização em alta escala⁹. E, em 1848, o relatório provincial também de Antero José Ferreira de Brito começa afirmando que “Muitas colônias se tem estabelecido nesta província e, por muitas, e variadas causas tem elas desaparecido.”¹⁰ Provavelmente referindo-se novamente aos problemas na colônia Belga que perdera seu diretor em 1847 e com isso provavelmente todos vínculos estabelecidos no contrato de 1844.

Ficam aparentes então as contradições dos projetos de colonização do país. Por um lado se quer que elas fiquem a cargo das províncias e de empreendedores particulares tomando o ministério imperial varias atitudes e elaborando uma série de leis para este fim. Por outro, o Império dificultava o estabelecimento de colônias quando “outros interesses” pudessem estar colocados, como quando se tratava de riquezas minerais e contratos envolvendo grandes nomes da política. Aliás, o próprio teor do caso serve de exemplo para a complexidade do estabelecimento de uma colônia particular em terras brasileiras. Como o empreendedor se vê pressionado por vários lados em ambos os países, desde os que lhes financiam e até o governo brasileiro que o recebe, sem contar as pressões dos próprios colonos exigindo seus direitos, ou aproveitando-se deles e como, no fim, o empreendedor pode tentar fazer valer seus interesses nessa rede de relações.

1850 – A Colônia Blumenau e a presença do Império

Esse interesse do Império nas políticas colonizatórias provinciais se intensifica quando da criação da colônia de Blumenau. O momento era da criação de outras colônias e o desenvolvimento das criadas. Santa Isabel e Piedade próximas a capital

⁹ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Antero Jozé Ferreira de Brito, 1845). Disponível em: <http://catalog.crl.edu/record=b1586926~S1> . Acesso em 20 de junho de 2008.

¹⁰ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (Antero Jozé Ferreira de Brito, 1848). Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



eram uma das maiores preocupações dos presidentes de província por serem fonte de produtos para Desterro. A colônia D. Francisca, no norte do Estado (atual Joinville), mostrava sinais de desenvolvimento, assim como as colônias em Itajaí onde em 1851 o presidente mostra a possibilidade de tornar essa colônia uma freguesia. Quando foi criada a “Sociedade de proteção aos emigrantes alemães”, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau é incumbido da tarefa de visitar as colônias no sul do Brasil. Essa visita acarretaria na iniciativa de instalar uma colônia nessa região em conjunto com Fernando Hackradt. Isso ocorreu em 1848, sendo que Blumenau se envolveu com as burocracias para a instalação da colônia e Hackradt preparou o terreno para a chegada dos primeiros imigrantes. É difícil imaginar qual das duas tarefas seria a mais difícil. Em 26 de março de 1848 é oficializado o pedido, e, no mesmo ano, a Sociedade antes mencionada se dissolve, Blumenau age por conta própria e adquire o terreno por compra e inicia a colonização em 1850 com 20 colonos¹¹.

Os relatórios até 1859 que foram feitos pelo presidente da província José João Coutinho, contem informações detalhadas das colônias, caracterizando o que pode ser um envio mais freqüente dos relatórios anuais dos diretores de colônias para os presidentes de província. Nestes anos, o desenvolvimento da colônia Blumenau, e também Itajaí, aparece nos relatórios como gradual e estável dando-se atenção as importâncias produtivas de cada colônia: sua população, engenhos, produtos, etc. Menciona-se inclusive que em 1853, a colônia fora atacada por bugres, mais especificadamente a própria casa do Diretor que foi defendida pelos próprios colonos. O ataque ativou uma resposta imediata da presidência provincial. Coutinho fala do caso e ressalta a confiança que os colonos têm em se diretor¹². Se essa relação foi realmente tão sólida, não podemos saber, principalmente através dos relatórios de presidente de província, porque esses contém informações dos diretores nem sempre verificadas (as visitas de presidentes a colônias ocorreria somente em 1860). E também porque os colonos não tinham outro tipo de comunicação com o presidente da província além do intermédio do diretor, ficando a cargo deste elaborar relatórios em que fica praticamente a sua escolha relatar ou não desavenças com colonos. Sendo assim, é bem possível que este escolhesse transmitir uma aura de prosperidade aos seus superiores, omitindo as desavenças.

Apenas fazendo um parêntesis, em 1854 algumas colônias não aparecem mais nos relatórios de Coutinho, pois:

¹¹ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1851) Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.

¹² SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1853) Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



As denominadas colônias do Itajaí, Belga, D. Afonso, Vargem Grande e Santa Isabel, vivendo sobre si de sua criação, não se introduzindo outros colonos, além dos primeiros para elas mandados, professando a religião católica, e aumentando-se gradualmente por casamentos, e nascimentos, *não se podem mais considerar colônias e sim povoações regulares iguais a mais da província.*¹³

Parece que, ignorando-se como se dera o início de uma povoação, se fora por processo de colonização ou não, na interrupção da vinda de colonos propriamente ditos, as colônias, na opinião desse presidente, perdem seu caráter. Se voltassem a afluir, voltam as povoações a serem colônias, e assim o processo de colonização como conjunto de obrigações e direitos de colonos, governo, empreendedores, etc. O que importa chamar a atenção é que com o fim dos auxílios não significava que as povoações estivessem estáveis, por isso o fim da afluência de colonos poderia ser desastroso.

Retornando a colônia Blumenau, em 1855, o presidente enviou para esta colônia (que continuou recebendo colonos desde sua criação), um professor de português naturalizado brasileiro.¹⁴ Esse foi um fato inédito na colonização do Vale do Itajaí e demonstra que a colônia Blumenau recebeu um apoio considerável do governo.

Relatórios mais freqüentes e detalhados, mais tipos de auxílios, são o resultado prático de uma mudança que passa a ocorrer nas políticas de colonização do Império. Desde 1849 registra-se uma presença do governo imperial nas práticas de colonização. A ajuda nesse momento seria de alimentação para os colonos recém chegados, o auxílio com o transporte para o Brasil, atitude que o império tinha evitado desde 1830. Mesmo em âmbito judicial começam a ocorrer mudanças. Em 1853, colonos da colônia D. Francisca, se tornaram cidadãos brasileiros através do artigo 3º da resolução nº 712 de 16 de setembro do mesmo ano. Podemos fazer inclusive uma ligação com o relatório ministerial de 1845 que informa que o secretário recebeu do presidente do Rio de Janeiro um ofício dizendo que um dos principais desejos dos colonos é de serem cidadãos brasileiros. Com o argumento também de que isso facilitara a emigração européia passando por cima de uma das principais restrições da legislação alemã¹⁵, tal lei se efetivaria na década de 1850.

Em abril de 1855, Blumenau pede ajuda ao governo imperial e este concede um financiamento e um ministro protestante para a colônia. Neste mesmo ano a colônia

¹³ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1854) Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.

¹⁴ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1855) Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.



ainda sofreria com uma enchente que aumentara em 50 palmos o leito do rio, destruindo varias casas e plantações. Entretanto a colônia continuou prosperando até 1858. Esta atenção com a Colônia blumenauense pode ser em função de sua aparente organização e também sua proximidade de duas outras colônias que mostraram crescimento: D. Francisca, Itajaí e até mesmo São Pedro de Alcântara. Tal crescimento pode ter acarretado a compra da colônia pelo governo. Francisco Carlos de Araújo Brusque informa em 1850 que:

Por aviso do ministério do Império de 31 de janeiro me foi comunicada a cessão que fizera o Dr. Blumenau, desta colônia, mediante o preço de 120:000\$000 réis, valor arbitrado as terras que ele ali possuía *garantindo o governo todos os contratos sobre terras celebrados entre aquele empresário e os colonos.*

A colônia deixara de ser particular, Hermann Blumenau deixara de ser empreendedor para ser apenas diretor da colônia e sairia de sua obrigação com os colonos e também com o governo com suas dívidas quitadas.

Em verdade senhores, por mais bem dirigidas que sejam as empresas particulares de colonização no nosso país, onde os capitães não abundam e o juro é alto, lutão sempre com embarços, que cedo ou tarde pesão sobre a sorte e comodo dos colonos. Esta é uma das poucas colônias de empresa particular que tenho conhecido onde a administração melhor se casava com o interessa geral.¹⁶

O Presidente ainda afirma que, “os colonos estão satisfeitos com a resolução tomada pelo governo imperial”, este assinalaria uma nova época de prosperidade e manteria a emigração colonos laboriosos para esta colônia que já provara seu valor.

A partir de 1850 então, as preocupações com a colonização passam a ser prioridade em vários setores da administração brasileira. Apesar das medidas ainda não serem aquelas de imigração em massa que se conhecera em 1870 muitos ressaltam sua importância. O ministro e secretario do Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz em 1855 afirma que “É esta como sabeis, uma das nossas mais importantes questões sociais. È talvez aquela a que hoje mais se prende a atenção do governo e de todos os homens que pensam sobre o futuro do pais.”¹⁷ Em 1860 essa preocupação, diga-se burocratização mais atenta e efetiva, ficaria mais relevante com a

¹⁵ Joaquim Marcellino, 1846.

¹⁶ Idem, 1850.

¹⁷ Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, 1856.



criação do Ministério da Fazenda que tomara pra si esse assunto que antes era responsabilidade do Ministério do Império.

A Colônia Militar de Santa Tereza

Entretanto, prática e teoria devem ser consideradas, a atenção para com colônias variou de acordo com seu caráter e com os seus envolvidos. As colônias militares, por exemplo, tiveram estabelecido em 1850 um regimento para seu funcionamento através da lei 729 de 09 de novembro de 1850¹⁸ sendo que, em Santa Catarina, através do decreto 1.266 de 8 de novembro de 1853, é criada uma colônia militar entre a região de Tijucas e o Itajaí-Mirim¹⁹. Essa colônia teria uma pequena, mas diversa população em função do recrutamento de pessoas de diferentes regiões do Brasil.

Esse tipo de colonização diverge dos outros por razões bem especiais. O crescimento da população em colônias militares normalmente é baixo e ao invés de estrangeiros, são utilizados praças oriundos de guerras terminadas, muitas vezes libertos do exército no seu estabelecimento. Sendo assim, povoam estas colônias tipos diferentes de pessoas regidas por um regime marcial. Para João José Coutinho um dos maiores problemas da colônia era que alguns militares, habituados as práticas do exército se recusavam a trabalhar na lavoura. Em função disso, 14 soldados foram retirados graças a seu “ócio”²⁰. Em 1862 relata-se que Santa Tereza, em função da precariedade da sua fundação de veteranos ociosos, não se desenvolve, pois tem somente 182 colonos depois de 9 anos de colonização²¹. As colônias militares não se encaixavam no perfil ideal de colônia agrícola de imigrantes europeus, queria-se que fossem produtivas e ao mesmo tempo postos militares. O curioso é notar que no mesmo ano a colônia foi atacada por indígenas (foram mortos 3 escravos em Santa Tereza). Em função disso foram mandados 30 praças para a região²². Nesse sentido, fica a questão da capacidade dessas colônias de se protegerem e ainda mais de protegerem as povoações a sua volta.

Piazza afirma que a colônia de Santa Tereza seria utilizada principalmente como conexão entre a capital e o planalto catarinense e servir de posto de cobrança de impostos para os produtos que por ali passarem. As colônias militares tinham uma função ligada ao estado para cobrança de impostos e fornecimento de apoio logístico ao

¹⁸ PIAZZA, Walter F. *A colonização, op. cit.* p. 155.

¹⁹ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1854) Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.

²⁰ SANTA CATARINA. Relatórios dos presidentes - Época do Império. (João José Coutinho, 1856) Disponível em: <http://catalog.crl.edu/record=b1586926~S1> . Acesso em 20 de junho de 2008.

²¹ Vicente Pires da Mota, 1862.

²² Idem.



comércio estando dessa forma indiretamente ligadas a função geral de colonização de criar pequenas fazendas agrícolas ou substituir a mão-de-obra escrava.

A colônia de Brusque

A colônia Brusque foi criada em 1860, com o nome de Itajaí pelo então presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque²³ e já tinha suas terras demarcadas desde 1858. Essa atitude demonstra como o governo provincial não colonizava de forma aleatória e planejava mais do que nas décadas de 30 e 40. Essa preparação fica expressa na prática quando se percebe a grande afluência de imigrantes, chegando o Presidente da província a relatar que, em 1861, na colônia de Itajaí (posteriormente Brusque), não tinham sido ainda todos os colonos estabelecidos.

Em novembro de 1861 relata-se, ainda, que Brusque, Teresópolis e Santa Isabel passam nesse momento pelo momento crítico em que param os proventos governamentais para os colonos e que agora estes dependem somente de suas próprias plantações. Brusque, graças à grande quantidade de colonos que chegava todos os anos, estabeleceu uma rede comercial suficientemente forte. Em 1862, informa-se que a colônia tinha 727 colonos e que de 3.600.000 braças, 500.000 acham-se cultivadas.²⁴ Além da quantidade de pessoas e braças cultivadas, o relatório de 1865 ainda informa sobre os funcionários públicos, as ferramentas, os gastos com construções dos prédios públicos e “caminhos”²⁵.

Pode-se perceber como mudara a política de colonização do império e como na prática tal política surtiu efeito. O império passou a gastar com agentes no exterior em busca de novos colonos; com o transporte dos colonos e com os suprimentos iniciais até estes chegarem até suas colônias. Foram pagas diárias aos mais necessitados e gastou-se também com a demarcação de terras. A menção de que a colônia passava agora por um momento difícil em que cessavam esses auxílios pode ser em função de que a quantidade de auxílios é muito maior do que antes fora, e talvez os colonos estivessem mais dependentes. Até que ponto estes auxílios foram efetivos ou se cumpriram como se esperava é um pouco arriscado dizer, mas as políticas do império quanto a colonização tinham certamente mudado muito com relação ao período anterior de 1830-50.

Considerações

²³ Idem, 1861.

²⁴ Idem, 1862.



Piazza considera que o ponto de mudança nessas políticas a partir da década de 1850 foi a “Lei de Terras” que estabeleceu políticas para a demarcação e utilização de terras devolutas, além de auxílios do governo quanto a vinda de imigrantes para o Brasil. Com certeza essa lei resolveu vários problemas relativos a colonização, mas para se entender estas mudanças é preciso tomar o conjunto de acontecimentos do período.

Neste trabalho, não foram abordadas as situações políticas e econômicas dos países europeus, por exemplo, mas esse é um fator de importância vital para o entendimento dos processos de colonização no Brasil imperial. Teve-se o intuito apenas de explorar esses processos de colonização em Santa Catarina que já de imediato se revelaram complexos e diversos, a gama de relações envolvidas em cada um deles denota a riqueza do acontecimento que foi só brevemente explorada.

As próprias fontes do período também atestam isso. Em relatório apresentado ao presidente da província de Santa Catarina Ignácio da Cunha Galvão pelo vice-presidente João José de Andrade Pinto em 26 de abril de 1861, este afirma que sobre as colônias: “Somente pelos contratos celebrados, instruções, ordens, autorizações comunicações e diversos relatórios, que constam no arquivo da secretaria, poderá V. Ex. formar um estudo completo deste ramo de serviço.” Sabemos que mesmo assim, tais documentações não são suficientes, principalmente se desejamos entender a situação dos colonos comuns nesses processos de colonização. Entretanto, o presidente tem razão em apontar essa diversidade de fontes oficiais não-consultadas existentes sobre o assunto.

Fontes

SANTA CATARINA. Relatórios de Presidente de Província e “Fallas” à assembléia. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em 20 de junho de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. Relatórios. Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/imperio.html> . Acesso em 20 de agosto de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Relatórios. Disponíveis em : <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/fazend.html>. Acesso em 20 de agosto de 2008.

Referências

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

²⁵ Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865.



PINHEIRO MACHADO, Paulo. *A Política de Colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajai-Mirim : um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

